

## **O comércio bilateral Brasil-Japão: passividade no contexto do novo regionalismo asiático.**

**Silvio Miyazaki**

Professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

### **Resumo**

Se considerarmos que o Japão tem feito iniciativas para aumentar o seu comércio internacional através de acordos de preferências comerciais, o Brasil tem tido uma atitude passiva ainda mais quando o comércio bilateral entre os dois países tem sido reduzido. Analisa-se o novo regionalismo econômico asiático aonde se insere a estratégia comercial japonesa iniciada em 1998, assim como são mostrados os dados das relações comerciais entre o Brasil e o Japão.

**Palavras chaves:** comércio internacional, integração econômica, regionalismo asiático, acordos de preferências comerciais, comércio bilateral.

### **Abstract**

If we consider that the Japanese government has being done initiatives to increase its international trade by preferential trade agreements, the Brazilian government has had a passive approach when the bilateral trade between the two countries has been reduced. To examine this claim, this paper analyzes the new Asian economic regionalism where the Japanese trade policy has included since in 1998 and the trade relations between Brazil and Japan.

**Keywords:** international trade, economic integration, Asian regionalism, preferential trade agreements, bilateral trade.

## **Introdução**

O Brasil tem tido uma atitude passiva no que concerne às suas relações comerciais com o Japão, considerando que diversos países têm proposto acordos comerciais bilaterais com este último e que o intercâmbio comercial existente entre o Brasil e o Japão é relativamente pequeno. Para se verificar essa afirmação, nesta primeira parte deste trabalho, analisa-se o novo regionalismo econômico asiático para contextualizar a atual estratégia comercial japonesa. Na segunda parte, são mostrados os dados do comércio entre o Brasil e o Japão, tais como os valores absolutos das exportações e das importações bilaterais, a participação no total do comércio e a concentração dos produtos comercializados.

## **Regionalismo Econômico<sup>1</sup> Asiático**

A nova onda de regionalismo na Ásia, aonde se insere a mudança na política comercial japonesa ocorrida no final da década de 1990, deve ser considerada como pano de fundo antes de se analisar propriamente o comércio entre o Brasil e o Japão.

Segundo Lloyd (2002: 4), o novo regionalismo asiático, que se iniciou em 1998, contempla as seguintes características nos acordos comerciais assinados ou em negociação: i) incluem países que antes não eram anteriormente membros de nenhuma área de preferências comerciais, ii) muitos países são membros de mais de uma área, iii) alguns dos novos acordos são intercontinentais (ou seja, áreas que incluem países não asiáticos) e iv) a maioria dos novos acordos são bilaterais.

As principais causas do novo regionalismo asiático, foram a crise asiática, a perda da credibilidade de organismos regionais e do sistema multilateral de comércio, a ampliação de

---

<sup>1</sup> Regionalismo econômico é a promoção pelos governos das suas relações econômicas internacionais com outros países.

áreas preferenciais de comércio em outras regiões do mundo e a competição entre os países da região.

A crise financeira da Ásia em 1997, iniciada na Tailândia, que contagiou outros países da região, abalou a confiança existente em suas economias, sendo que os governos dos países asiáticos mais afetados pela crise ressentiram-se pela falta de apoio das maiores economias industrializadas do hemisfério ocidental nesse período, o que fez os governos pensarem que uma solução para o fortalecimento das suas economias seria o regionalismo no Leste Asiático (Harvie & Lee, 2002: 125; Sharma, 2002: 40-41).

Entretanto, esse regionalismo está consistindo na existência de um forte componente de bilateralismo. A crise financeira provocou uma diminuição da coesão da ASEAN. No Extremo Oriente nesse mesmo período, a China teve um desempenho econômico relativamente estável durante a crise, os problemas da economia japonesa ficaram mais transparentes o que fez emergir uma consciência da necessidade de ampliar institucionalmente os seus laços comerciais e a Coreia tornou-se comercialmente mais aberta. Esses fatos, que ocorreram no Extremo Oriente, somado ao declínio da influência da ASEAN fez com que, por exemplo, Cingapura fosse à busca do fortalecimento das suas relações comerciais com outros países (Munakata, 2002: 12).

De outro lado, após a crise financeira iniciada na Tailândia e que contagiou outros países da região, trouxe o aumento de demandas por um maior intercâmbio comercial através de acordos, com o intuito de revitalizar as economias para evitar outra crise (Munakata, 2002: 13; Urata & Kiyota, 2003: 4).

Uma outra causa para a emergência do novo regionalismo foi a perda de credibilidade da APEC como veículo condutor da liberalização comercial. A expansão do número de membros e uma agenda crescente tornaram ainda maiores as dificuldades em atingir um substantivo progresso na liberalização comercial. Após o fracasso em 1998 da iniciativa da *Early Voluntary Sector Liberalisation* da APEC, em que os países membros deveriam voluntariamente abrir alguns dos seus setores antes do prazo anteriormente estabelecido, a APEC perdeu o foco quanto à liberalização comercial. Há expectativas baixas quanto à liberalização do acesso aos mercados através dessa instituição, sendo que atualmente as reuniões anuais dos líderes dos países membros estão enfatizando o aspecto político (Avila et alli, 2003: 2-3; Harvie & Lee, 2002: 124). Mesmo com a falta de clareza da agenda de liberalização comercial, alguns autores, tal como Clarete et alli (2003) creditam que os esforços da APEC contribuíram na formação de acordos preferenciais de comércio entre os seus países membros.

O colapso da reunião da OMC em Seattle em 1999 minou a credibilidade que alguns países da Ásia, tal como o Japão e a Coreia, tinham no sistema multilateral de comércio como a única alternativa para promover a integração econômica, deixando muitas dúvidas sobre a sua continuidade e a sua viabilidade. Principalmente para os países em desenvolvimento, surgiram desconfortos sobre o resultado da Rodada Uruguai, pois muitos países ainda entendem que tiveram menos benefícios do que deveriam ter obtido e questionam o desequilíbrio entre os benefícios e as concessões dadas num acordo amplo. Mesmo com a abertura de uma nova rodada de negociações comerciais em Doha, há uma apreensão sobre a capacidade do sistema mundial de comércio em realizar uma liberalização comercial que seja verdadeiramente benéfica aos países em desenvolvimento. Portanto, um acordo preferencial de comércio, especialmente se proposta por um país em desenvolvimento, haveria a vantagem de ter a sua “propriedade” ou a sua liderança, muitas vezes inexistente na estrutura multilateral. Os laços

comerciais mais fortes entre os países asiáticos também teriam o efeito de aumentar o poder de influenciar no comércio internacional e na arena internacional (Avila et alli, 2003: 2-3; Harvie & Lee, 2002: 124, 138; Scollay, 2003: 2).

Ao mesmo tempo em que participam de processos negociações multilaterais e regionais de comércio, um número crescente de países asiáticos está procurando estabelecer áreas preferenciais de comércio como uma política comercial mais independente, fundamentado por seus interesses nacionais e domésticos. Portanto, os acordos bilaterais são vistos como uma alternativa adicional para os atuais mecanismos multilaterais e regionais, que são percebidas como frágeis e muito lentas no avanço de um processo de liberalização comercial. Há também uma crença de que uma negociação entre dois países seria um meio mais rápido e prático para abertura de mercados e para uma profunda integração econômica, que poderia resolver problemas específicos de cada um dos países sem a necessidade de esperar por um consenso de um grupo maior, onde a prioridade de cada um dos países é diferente (Avila et alli, 2003: 3; Munakata, 2002: 14, 18).

Deve-se notar que estão sendo realizados não somente os acordos bilaterais intra-regionais mas também os inter regionais, com parceiros que trariam benefícios razoáveis ou com aqueles em que os obstáculos sejam baixos o suficiente para superar as resistências domésticas. Com esses acordos inter regionais, os países asiáticos estão tentando superar discriminações em outras regiões, assim como para realçar sua força nas negociações multilaterais, uma vez que há a expectativa de que numa próxima rodada de negociações da OMC haverá reduções nas margens de preferências dos acordos de comércio (Munakata, 2002: 18).

O crescimento dos acordos bilaterais em particular e dos acordos de preferências comerciais em geral deriva também do receio que os países têm de uma eventual restrição dos mercados aos seus produtos, resultante do crescente regionalismo em outras regiões do mundo, tal como a ampliação da União Européia e o crescimento de acordos comerciais no continente americano, tal como uma expansão da NAFTA e do Mercosul para uma ALCA, que incluiria todo o continente, exceto Cuba (ADB, 2002: 161; Avila et alli, 2003: 3; Harvie & Lee, 2002: 125; 137).

Um outro fator de economia política internacional, que está contribuindo para um interesse crescente em acordos comerciais, é a disputa entre o Japão e a China pela liderança na região, utilizando-se dos acordos comerciais para fortalecer suas relações com ASEAN e com outras Novas Economias Industrializadas (Urata & Kiyota, 2003: 4). Por exemplo, o Japão propôs uma parceria econômica com a ASEAN um dia após a China ter proposto negociações de uma área de livre comércio com aquele organismo. No Leste Asiático, observa-se que está havendo uma tendência dos países reagirem, propondo suas próprias parcerias, quando um país vizinho conclui ou inicia uma negociação para estabelecer uma parceria comercial (Avila et alli, 2003: 3; Munakata, 2002: 4, 17; Urata & Kiyota, 2003: 5).

### **A nova estratégia comercial japonesa**

Dentro desse contexto do novo regionalismo asiático, em 1998, tanto o México quanto a Coréia do Sul propõe ao Japão firmar acordos bilaterais de preferências comerciais, sendo que as propostas são acolhidas pelo governo japonês que consideram seriamente essas possibilidades, formando grupos de estudos de viabilidade de acordos comerciais com diferentes parceiros comerciais (Ogita, 2003: 220-221).

O Japão persistia até então numa estratégia tão somente multilateralista quanto ao comércio, o que significa que somente atuava em bases de negociações nas rodadas de comércio da OMC. Até o início de 2002, o Japão era uma das cinco economias, entre as 30 principais do mundo que não participava de nenhuma área preferencial de comércio (Yamazawa, 2004: 17).

Esse quadro transforma-se a partir de 2002, quando há o estabelecimento do primeiro acordo de preferências comerciais firmado pelo Japão que foi com Cingapura. Observa-se também que foi o primeiro acordo do gênero que envolveu uma nação do Extremo Oriente. Assim, iniciou-se uma nova fase da estratégia comercial japonesa – dual - que contempla tanto o multilateralismo quanto o regionalismo (Kawai, 2004: 17).

Segundo o documento do Ministério das Relações Externas do Japão de 2002 a respeito da estratégia japonesa concernente a áreas de livre comércio, elas “oferecem um meio de estreitar parcerias em áreas não cobertas através da OMC e alcançam liberalização além dos níveis atingíveis sob a OMC”.

O segundo acordo bilateral de comércio assinado pelo Japão foi com o México em 2004. Há ainda diversos acordos comerciais do Japão com outros países que estão em estudo ou em negociação, predominantemente com os do Pacífico, entre os quais se pode destacar a com o Chile cujas negociações encerraram-se positivamente no final de 2006, aguardando no momento a assinatura do acordo (Japan. METI: 2005 e Japan. MOFA: 2006).

Os acordos de integração econômica firmados pelo Japão com outros países são chamados de *Economic Partnership Agreements* (acordos de parceria econômica), pois incluem itens além do comércio, tais como investimento, desenvolvimento de recursos humanos, propriedade intelectual, compras governamentais, além de comércio eletrônico e procedimentos

aduaneiros eletrônicos (Low, 2004: 10; Yamazawa, 2002: 15-16). Dessa forma, são mais abrangentes do que um simples acordo de preferências comerciais de modo que podem gerar um maior bem estar econômico às relativas nações.

Esses acordos são firmados após um relativamente longo período de estudos e de rodadas de negociações, sendo a sua quase totalidade a partir de uma solicitação oficial do país interessado em estabelecê-lo ao Japão, ou seja, com a iniciativa dos possíveis parceiros e não com a iniciativa do Japão em propor (Ogita, 2003). Até agosto de 2005, todos os acordos bilaterais de comércio já assinados ou sob estudo foram solicitados pelos parceiros em potencial; exceção feita ao ASEAN, o Japão nunca fez um pedido de estabelecimento de um acordo a um possível parceiro.

Tanto o México quanto o Chile solicitaram formalmente ao Japão o estabelecimento de acordos de comércio bilaterais em conversações de primeiro escalão. Um aspecto que é favorável nesse sentido a esses países é a de integrar a APEC (*Asian Pacific Economic Cooperation*), que realiza pelo menos uma vez ao ano um encontro entre os líderes dos países associados. Dessa forma, em comparação ao Brasil, que não é membro da APEC, tanto o México quanto o Chile tem tido maiores possibilidades de conversações com o Japão no tocante as relações econômicas bilaterais, englobando as comerciais.

Quanto ao Brasil, não se tem notícia de algum pedido de acordo comercial do governo brasileiro ao japonês recentemente, seja quando da visita do primeiro ministro japonês ao Brasil em 2004, seja quando da visita do presidente da república ao Japão em 2005. Assim, pode-se supor que há uma relativa passividade do governo brasileiro quanto às relações comerciais com o Japão. Um dos poucos estudos que existem quanto a um acordo de comércio entre os dois países é uma consulta que a Câmara de Comércio e Indústria Japonesa



no Brasil (2005) realizou entre os seus associados por sua própria iniciativa sobre opiniões relativas a um possível acordo comercial. A conclusão dessa consulta foi que um acordo de comércio entre o Brasil e o Japão teria aspectos positivos.

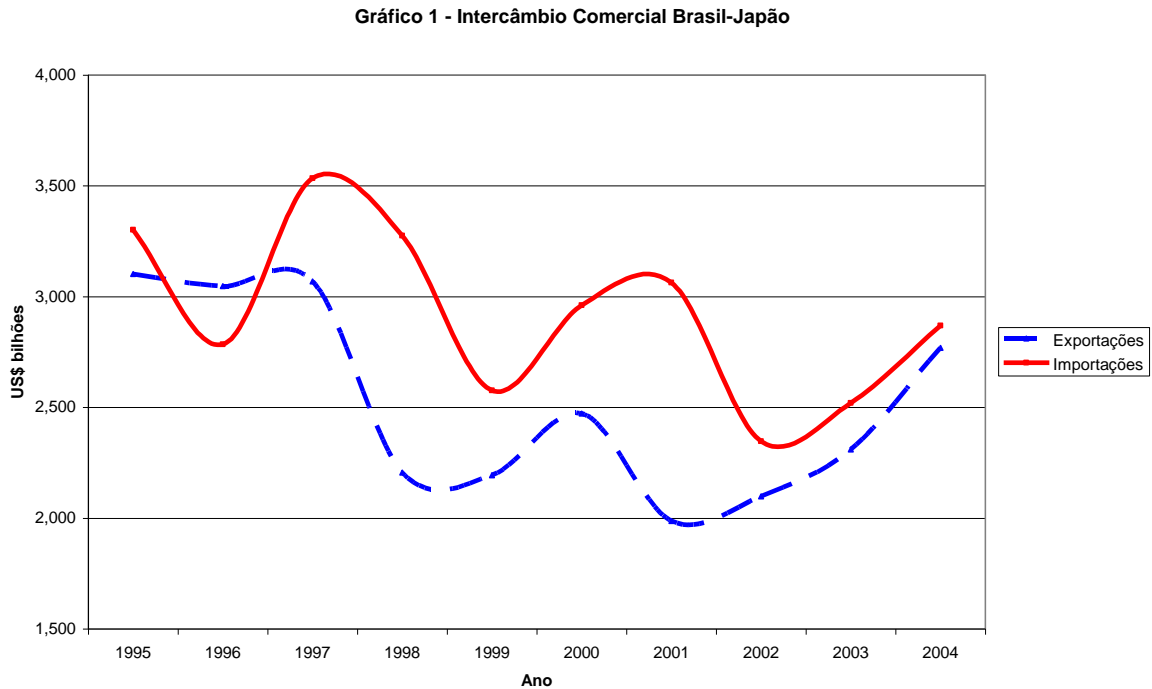
Essa indiferença do governo brasileiro quanto ao Japão pode ser fruto do entusiasmo do Brasil com a China. Vale dizer que no tocante às relações comerciais brasileiras com o Extremo Oriente, a China ofuscou o Japão. São diversas as causas que podem ser listadas como hipóteses: o ingresso da China como membro da Organização Mundial do Comércio, as altas taxas de crescimento econômico da China e a continuada recessão econômica japonesa, o governo brasileiro de esquerda. Mas de fato, de 2001 a 2004, o saldo de comércio bilateral entre o Brasil e a China além de ser positivo, triplicou nesse período, sendo que a participação do intercâmbio comercial com a China no total do comércio brasileiro superou a participação do Japão em 2004 (Brasil. MDIC, 2005).

Dentro desse contexto da transformação da política comercial japonesa de multilateralista para dual e da relativa passividade do Brasil em relação ao Japão, os dados concernentes ao intercâmbio comercial devem ser mensurados, portanto, através dos valores exportados e importados comparando-os para ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Entretanto, tão somente essa análise não é suficiente, há que se estudar para uma maior compreensão do fenômeno, a concentração dos produtos exportados e importados.

Dessa forma, mostra-se os dados do intercâmbio comercial e sua participação relativa ao total do comércio de cada país no período de dez anos, posteriormente, focaliza-se o estudo para as exportações e importações bilaterais de 2001 e 2004, comparando-os assim como mensurando a concentração dos produtos exportados e dos produtos importados nesses anos.

## Intercâmbio comercial brasileiro com o Japão

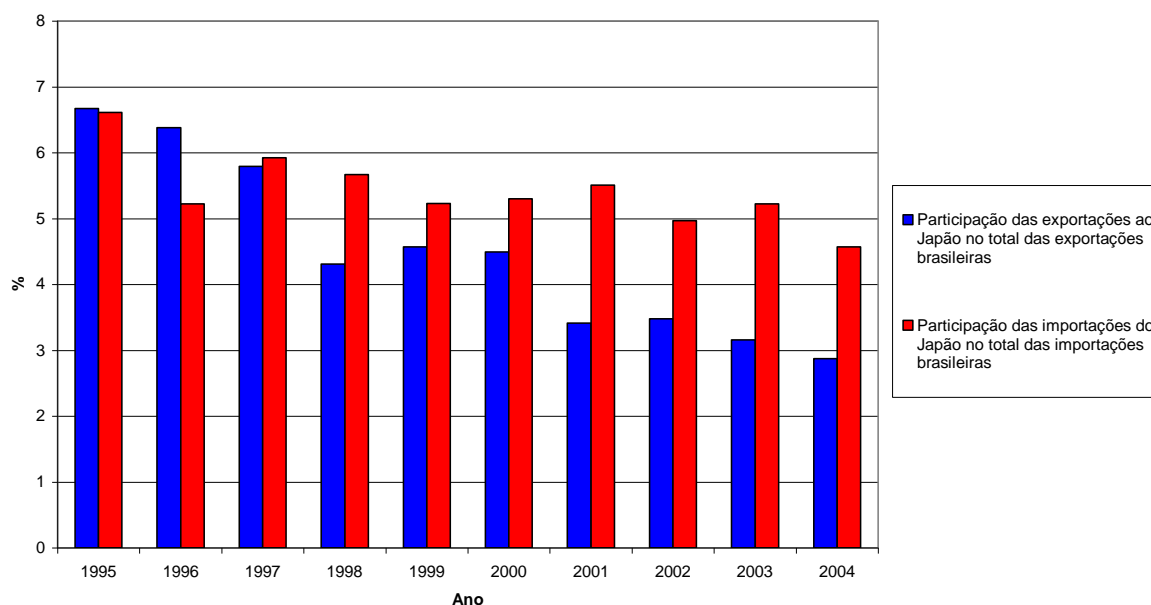
O intercâmbio comercial entre o Brasil e o Japão no período de dez anos, entre 1995 e 2004, é mostrado no gráfico 1. Exceção ao ano de 1996, no período considerado, as importações brasileiras originadas do Japão superaram as exportações brasileiras destinadas ao Japão.



Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Secretaria de Comércio Exterior. [www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br) captado em outubro de 2005

A participação das exportações brasileiras ao Japão no total das exportações brasileiras, assim como a participação das importações brasileiras do Japão no total das importações teve uma tendência de decréscimo entre 1995 e 2004 conforme o que mostra o gráfico 2. A partir de 1997 era maior a participação das importações em comparação às exportações, segundo o que indica o gráfico 2.

Gráfico 2 - Participação do intercâmbio do Brasil com o Japão no total do comércio externo brasileiro



Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Secretaria de Comércio Exterior. [www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br) captado em outubro de 2005

Focalizando os anos de 2001 e 2004, verifica-se que em 2001 as exportações brasileiras ao Japão foram no montante de US\$ 1,986 bilhões (representando 3,41% do total das exportações brasileiras) enquanto as importações brasileiras do Japão foram no valor de US\$ 3,064 bilhões (representando 5,51% do total das importações brasileiras). Já no ano de 2004, muito embora o valor das importações tenha se reduzido frente ao valor da mesma em 2001, foi em grau menor ao aumento das exportações brasileiras ao Japão entre 2001 e 2004. De acordo com a tabela 1, em 2004 as exportações brasileiras ao Japão foram de US\$ 2,768 bilhões, portanto US\$ 782 milhões superiores a 2001. Do lado das importações brasileiras do Japão, em 2004 essas foram de US\$ 2,868 bilhões, reduzindo-se de US\$ 196 milhões em comparação a 2001 (tabela 1).

Houve, entre 2001 e 2004, um declínio na participação das exportações bilaterais de 3,41% para 2,87% e nas importações bilaterais de 5,51% para 4,57% em relação respectivamente ao total dos exportados e dos importados do Brasil (tabela 1).

**Tabela 1 - Comércio do Brasil com o Japão**

<b>Exportações brasileiras (Us\$ bilhões)</b>			
Ano	Exportações totais	Exportações ao Japão	Participação (%)
2001	58,22	1,99	3,41
2004	96,47	2,77	2,87
<b>Importações brasileiras (Us\$ bilhões)</b>			
Ano	Importações totais	Importações do Japão	Participação (%)
2001	55,57	3,06	5,51
2004	62,81	2,87	4,57

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Secretaria de Comércio Exterior. [www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br) captado em outubro de 2005

Do ponto de vista do Japão quanto aos dados do intercâmbio comercial, a participação tanto das exportações quanto das importações japonesas do Brasil em relação ao total de suas exportações quanto no total de suas importações, respectivamente, é bastante reduzida: em 2001 a participação das exportações japonesas ao Brasil representava somente 0,61% do total das exportações japonesas, vindo a se reduzir em 2004 a 0,42%; no que concerne às importações, em 2001 a participação das importações japonesas do Brasil era de 0,73% do total das importações japonesas, elevando-se em 2004 para 0,80% (Tabela 2).

**Tabela 2 - Comércio do Japão com o Brasil**

<b>Exportações japonesas (Us\$ bilhões)</b>			
Ano	Exportações totais	Exportações ao Brasil	Participação (%)
2001	381,28	2,34	0,61
2004	584,07	2,43	0,42
<b>Importações japonesas (Us\$ bilhões)</b>			
	Importações totais	Importações do Brasil	Participação (%)
2001	330,18	2,40	0,73
2004	469,94	3,77	0,80

Fonte: Japan. Ministry of Finance. Customs and Tariff Bureau. [www.customs.go.jp](http://www.customs.go.jp) acessado em junho de 2005

Os dez principais produtos exportados do Brasil ao Japão quanto ao seu valor, participação relativa no total de produtos brasileiros exportados ao Japão e as razões de concentração para os anos de 2001 e 2004 são apresentadas nas tabelas 3 e 4, respectivamente.

No que tange a essas mercadorias são produtos de exportação tradicionais, agrícolas e minerais, brutos ou semimanufaturados. Esses dez principais produtos representaram nos dois anos considerados cerca de 70% das exportações brasileiras ao Japão. Vale observar que no que se refere à sua razão de concentração<sup>2</sup> para os três principais produtos brasileiros exportados ao Japão, elevam-se de 39,5% em 2001 para 45,9% em 2004, ou seja, houve um aumento da concentração (tabelas 3 e 4).

<b>Tabela 3 - Exportações brasileiras ao Japão - 2001</b>			<b>CR</b>
<b>Descrição da Mercadoria</b>	<b>US\$ milhões</b>	<b>Participação</b>	<b>Concentração</b>
Minérios de ferro não aglomerados e seus			
1 concentrados	379,08	19,1%	
2 Alumínio não ligado em forma bruta	245,89	12,4%	
Pedaços e miudezas, comest. De			
3 galos/galinhas, congelados	159,15	8,0%	39,5%
4 Outos grãos de soja, mesmo triturados	134,81	6,8%	
Pasta quim, madeira n/conif. a soda/sulgato,			
5 semi/branq	117,50	5,9%	52,2%
6 Café não torrado, não descafeinado, em grão	104,89	5,3%	
Minérios de ferro aglomerados e seus			
7 concentrados	77,67	3,9%	
Sucos de laranjas, congelados, não			
8 fermentados	62,89	3,2%	
9 Ferronióbio	54,36	2,7%	
10 Milho em grão, exceto para semeadura	50,92	2,6%	69,8%

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Secretaria de Comércio Exterior. [www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br) captado em outubro de 2005

<sup>2</sup> A razão de concentração (CR<sub>m</sub>) foi utilizada considerando a participação dos produtos exportados em relação ao total das exportações e de forma análoga aos importados pelo Brasil. Assim, a razão dos m produtos exportados em termos valores em dólares em uma pauta de exportações com n produtos é definida, segundo Rezende (1994: 26), como:

$$CR_m = \frac{\sum_{i=1}^m X_i}{\sum_{i=1}^n X_i} = \sum_{i=1}^m p_i$$

X representando o valor do produto exportado e p<sub>i</sub> significando a parcela de exportação do i-ésimo produto no total das exportações. Analogamente, calculou-se para as importações.

<b>Tabela 4 - Exportações brasileiras ao Japão - 2004</b>			<b>CR</b>
<b>Descrição da Mercadoria</b>	<b>US\$ milhões</b>	<b>Participação</b>	<b>Concentração</b>
Pedaços e miudezas, comest. de			
1 galos/galinhas, congelados	504,83	18,2%	
Minérios de ferro não aglomerados e seus			
2 concentrados	392,31	14,2%	
3 Alumínio não ligado em forma bruta	374,16	13,5%	45,9%
4 Café não torrado, não descafeinado, em grão	132,74	4,8%	
Minérios de ferro aglomerados e seus			
5 concentrados	123,29	4,5%	55,2%
Pasta quim. Madeira de n/conif. A			
6 soda/sulfato, semi/branq	108,48	3,9%	
7 Outros grãos de soja, mesmo triturados	97,27	3,5%	
Catodos de níquel não ligado, em forma			
8 bruta	87,48	3,2%	
Sucos de laranjas, congelados, não			
9 fermentados	67,85	2,5%	
10 Ferrossilício contendo peso>55% de silício	54,21	2,0%	70,2%

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Secretaria de Comércio Exterior. [www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br) captado em outubro de 2005

O número de diferentes produtos exportados do Brasil ao Japão diminuiu de 1.307 em 2001 para 1.272 em 2004, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil.

No que diz respeito aos dez principais produtos importados do Japão pelo Brasil, a participação relativa de cada um nas importações bilaterais e as razões de concentrações, de 2001 e de 2004 são mostradas nas tabelas 5 e 6. Observa-se que os principais produtos de importação brasileiros, originários do Japão, são predominantemente bens manufaturados, da indústria automotora e de máquinas.

Entre 2001 e 2004 houve aumento nas razões de concentração dos 3, 5 e 10 principais produtos, respectivamente de 5,8% para 9,3%, de 8,9% para 13,3% e de 15,7% para 20,3% (Tabelas 5 e 6).

Entretanto, o número de diferentes bens importados do Japão pelo Brasil diminuiu de 3.489 em 2001 para 3.379 em 2004, conforme os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil.

<b>Tabela 5 - Importações brasileiras do Japão - 2001</b>			<b>CR</b>
<b>Descrição da Mercadoria</b>	<b>US\$ milhões</b>	<b>Participação</b>	<b>Concentração</b>
Outras partes e acess. p/ motocicletas incl.			
1 Ciclomotores	63,17	2,1%	
Automóveis c/ motor diesel,CM3>2500,até 6			
2 passageiros	60,41	2,0%	
Outras partes p/ aparelhos			
3 transmissores/receptores	55,53	1,8%	5,8%
Outras máquinas e aparelhos mecânicos c/			
4 função própria	46,59	1,5%	
Outras partes e acess. p/ tratores e veículos			
5 automóveis	45,94	1,5%	8,9%
6 Outros circuitos integr. monolit. montados	45,52	1,5%	
7 Circuito impresso montado p/ telefonia, etc.	43,81	1,4%	
Outs.chassis c/ motor p/ automóveis de			
8 passag/mercadorias	43,68	1,4%	
Automóveis c/ motor			
9 explosão,1500<CM3<=3000,até 6 passag	42,80	1,4%	
Outras partes e acess. de carroçarias p/ veic.			
10 Aumotóveis	33,84	1,1%	15,7%

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Secretaria de Comércio Exterior. [www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br) captado em outubro de 2005

<b>Tabela 6 - Importações brasileiras do Japão - 2004</b>			<b>CR</b>
<b>Descrição da Mercadoria</b>	<b>US\$</b>		<b>Concentração</b>
	<b>milhões</b>	<b>Participação</b>	
1 Caixas de marchas p/ veículos automóveis Outras partes e acess. p/ tratores e veículos	101,99	3,6%	
2 automóveis	86,71	3,0%	
3 Coques de hulha, de linhita ou de turfa Outras partes e acess. p/ motocicletas incl.	79,21	2,8%	9,3%
4 ciclomotores Outras máquinas e aparelhos mecânicos c/ 5 função própria	66,65	2,3%	
Outs.partes e acess. de impressoras/traçadores	46,65	1,6%	13,3%
6 gráficos	46,12	1,6%	
7 Outras partes p/ aviões ou helicópteros	43,29	1,5%	
8 Outras partes para motores de explosão	38,93	1,4%	
9 Outros acumuladores elétricos Outros tioeteres, tioesteres, seus derivados e	37,11	1,3%	
10 sais	36,81	1,3%	20,3%

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Secretaria de Comércio Exterior. [www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br) captado em outubro de 2005

Comparando os dados das exportações e das importações brasileiras em 2004 o número de diferentes produtos que o Brasil importa do Japão é aproximadamente 2,6 maior aos exportados do Brasil ao Japão. Também se observa que a razão de concentração para os 3, 5 e 10 principais são bem maiores nas exportações do que nas importações.

### **Considerações finais**

A análise dos dados leva à conclusão de que é pequena a participação do Brasil no intercâmbio comercial com o Japão de forma que se poderia incentivar e aumentar o comércio bilateral, ainda mais no presente momento em que de um lado o Japão mostra sinais de recuperação de sua estagnação econômica e de outro lado, o Brasil tem mostrado estabilidade nos seus fundamentos macroeconômicos.



Dado que a concentração dos principais produtos exportados ao Japão é alta, vislumbra-se que possa haver oportunidades de mercado japonês em adquirir produtos brasileiros com maior diversificação de produtos a serem exportados do Brasil ao Japão.

Nota-se também que os principais produtos exportados ainda são tradicionais, agrícolas e minérios de forma que se deveria realizar um esforço em intensificar exportações de maior valor agregando, tais como os semimanufaturados e os manufaturados.

Por fim, o governo brasileiro através do Mercosul deveria considerar a proposição de um acordo de preferências comerciais com o Japão uma vez que aumentaria o fluxo comercial entre os dois países.

### **Referências bibliográficas**

ADB [Asian Development Bank] (2002). *Asian Development Outlook 2002*. Hong Kong: University of Oxford Press.

AVILA, John L.; LYNCH, Michael; MANZANO, George (2003). *Looking Before Leaping Into Bilateral FTA's: Issues in Asian Bilateralism*. Phuket: APEC Studies Centers Consortium Conference.

BRASIL. MDIC [Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Secretaria de Comércio Exterior] (2005). [www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br) captado em outubro de 2005.

CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-JAPÃO (2005). *Nippaku FTA Teiketsu ni Mukete no Anketo Chosa*. [Survey Towards to a Japan-Brazil FTA]. Sao Paulo: Burajiru Nihon Shokokaigisho. mimeo.

CLARETE, Ramon; EDMONDS, Christopher & WALLACK, Jessica Seddon (2003). "Asian regionalism and its effects on trade in the 1980s and 1990s". *Journal of Asian Economics*. Volume 14, Issue 1 , pp. 91-129

HARVIE, Charles & LEE, Hyun-Hoon (2002). "New Regionalism in East Asia: How Does It Relate to the East Asian Economic Development Model ?". *ASEAN Economic Bulletin*. Vol. 19, no 2, pp. 123-140.

JAPAN. METI [Ministry of Economy and International Trade] (2005). [www.meti.go.jp/policy/trade\\_policy/epa](http://www.meti.go.jp/policy/trade_policy/epa) acessado em novembro de 2005.

JAPAN. Ministry of Finance. Customs and Tariff Bureau (2005). [www.customs.go.jp](http://www.customs.go.jp) acessado em junho de 2005.

JAPAN. MOFA [Ministry of Foreign Affairs] (2002). *Japan's FTA Strategy (Summary)*. mimeo.

JAPAN. MOFA [Ministry of Foreign Affairs] (2006). JAPAN-CHILE ECONOMIC PARTNERSHIP AGREEMENT. <http://www.mofa.go.jp/region/latin/chile/agree0611.html> acessado em dezembro de 2006.

KAWAI, M. (2004). *Regional Economic Integration and Cooperation in East Asia*. Experts' Seminar on the "Impact and Coherence of OECD Country Policies on Asian Developing Economies. Paris: Policy Research Institute of the Japanese Ministry of Finance and the OECD Secretariat. Mimeo.

LOW, Linda (2004). "The Political Economy of Trade Liberalization". *Asia-Pacific Development Journal*. Vol. 11, No. 1, 1-23

OGITA, T.(2003) "Japan as a Late-coming FTA Holder: Trade Policy Change for the Asian Orientation?". In: Okamoto, J. (ed.). *Whither Free Trade Agreements? Proliferation, Evaluation and Multilateralization*. Makuhari: IDE.

SHARMA, Shalendra (2002). "Beyond ASEAN and APEC: Towards a New Asia-Pacific Economic Regionalism". *East Asia Review*, 14(3),pp. 37-48 .

MURANAKA, Naoko (2002). *Whither East Asian Economic Integration ?* RIETI Discussion Paper Series 02-E-007. Tokyo: RIETI. Mimeo.

- RESENDE, Marcelo (1994).“Medidas de concentração industrial: uma resenha”.  
*Análise Econômica*. Ano 1, pag. 24-33.
- SCOLLAY, Robert (2003). *RTA Developments in the Asia Pacific Region: State of Play*. Phuket: PECC Trade Forum. Mimeo.
- URATA, Shujiro & KIYOTA, Kozo (2003). “The Impacts of an East Asia FTA on Foreign Trade in East Asia”.Paper for the NBER Fourteenth Annual East Asian Seminar on Economics: International Trade. Taipei. Mimeo
- YAMAZAWA, I. (2002). *A Case for East Asian Cooperation*. Vancouver: PECC Trade Forum. Mimeo.
- YAMAZAWA, I. (2004). *Japan and the East Asian Economies: Prospects and Retrospects in the Early Twenty-First Century*. APEC Study Center, Working Paper Series 03/04. – no. 1. Makuhari: Institute of Developing Economies.